

Fórum prega a reforma urgente do Estado

LIANA VERDINI
Correspondente

Rio — A ortodoxia continuou sendo a tônica dos discursos dos debatedores do segundo dia do Fórum Nacional: Perspectiva do Brasil no próximo Governo. A bandeira da reforma do Estado como condição básica para alcançar a estabilidade da economia foi levantada pelos participantes, quer economistas, quer empresários, que voltaram a cobrar mudanças nos regimes fiscal e monetário.

“A reforma do Estado é condição essencial para estabilizar a economia”, confirmou o professor da PUC, Edmar Bacha, lembrando que a prioridade principal do novo Governo deverá ser o combate ferrenho à inflação. As mudanças no papel do Estado também foram destacadas pelo economista Paulo Guedes, que previu a permanência da inflação enquanto houver a desorganização do setor público.

“A desestatização, a desregulamentação e a abertura da economia são objetivos do futuro e

serão alcançados em função da realocação de recursos para atividades mais sociais como educação, saúde e infra-estrutura”, previu Paulo Guedes. O economista também defendeu o fim do subsídio e incentivos fiscais logo no primeiro dia do novo Governo, com o envio da matéria para discussão no Congresso Nacional. “Uma moeda forte também deve ser meta do Governo e isso aponta no caminho do câmbio livre”.

O ajuste fiscal sem gradualismo também foi defendido pelo presidente do Grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter. “A reforma fiscal passa pela limpeza das relações entre os agentes econômicos e o estado”, Gerdau defendeu a redefinição do papel do Estado, classificado de “gigante” pelo empresário, e criticou o costume dos agentes econômicos de trabalhar sob as “benesses fiscais”, excetuando o setor exportador, em que o Grupo Gerdau está inserido por responder aos incentivos fiscais com eficiência.

“O Brasil está tão atrasado que esse cenário era discutido na Eu-

ropa há 150 anos”, reagiu Gerdau. A redefinição do papel no Estado também foi defendida pelo superintendente de planejamento do BNDES, Julio Mourão.

“O melhor caminho para o Brasil chegar à economia de consumo de massa e à melhor distribuição de renda é através da integração competitiva”, comentou.

Em defesa do setor público saiu o economista da UFRJ, Antônio Barros de Castro. “O protecionismo e o Estado estão sendo atacados sob o argumento da distribuição de renda, mas historicamente foram importantes, pois geram quantidade de empregos que não pode ser mensurada”, reagiu. “Esse Estado já foi eficiente e acabou destruído por essa inflação diabólica”.

A argumentação de Castro é cristalina: “Imaginar que a Eleitorbrás sempre foi o que é hoje não é sensato. É muito perigoso projetar para trás o inferno que é hoje”. Para o economista, o setor público se esfarela e isso está contaminando toda a economia.